DADOS DO PROCESSO

PROCESSO:	00101/2021/TCE-RO
UNIDADE JURISDICIONADA:	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho - IPAM
ASSUNTO:	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (proventos integrais e paritários)
ATO CONCESSÓRIO:	Portaria nº 219/DIBEN/PRESIDÊNCIA/IPAM de 05.06.2020 (pág. 1 – ID985356)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	Art. 3º, I, II e III, parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005
DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO:	DOM nº 2729 de 06.09.2020, retroagindo à data 01.06.2020 (pág. 2 – ID985356)
VALOR DO BENEFÍCIO	R$ 2.284,46 (pág. 1/2 – ID965359)
NOME DO SERVIDOR:	**Raimundo dos Santos Trindade**
MATRÍCULA:	238502 (pág. 1 – ID965359)
CARGO:	Gari, Classe A, Referência XII, Carga Horária de 40 horas semanais (pág. 1 – ID965359)
CPF:	041.219.532-15 (pág. 1 – ID965359)
REGIME JURÍDICO:	Estatutário (pág. 1 – ID985363)
DATA DE INGRESSO:	01.06.1990 (pág. 2 – ID985363)
DATA DE NASCIMENTO:	17.03.1955 (pág. 1 – ID985363)
SEXO:	Masculino (pág. 1 – ID985363)
ADMISSÃO POR CONCURSO:	Não (pág. 2 – ID985363)
RELATOR:	Conselheiro Substituto Omar Pires Dias

1. Considerações iniciais

1. Versam os autos acerca da aposentadoria voluntária, concedida ao interessado, conforme dados em epígrafe, encaminhados a esta unidade técnica para instrução.

2. O presente relatório resulta da competência estatuída no art. 3º, inciso VIII, da Resolução Administrativa nº 005/1996 (RITCE/RO) e art. 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 154/1996.

Av. Presidente Dutra, nº 4229, Bairro Olaria, Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-327
Fone: (069) 3609-6357

2. Análise técnica

2.1 Documentos que devem ser digitalizados e enviados ao TCE/RO

3. O art. 2º, §1º da Instrução Normativa nº 50/2017 determina o envio dos seguintes documentos:

Item	Tipo de Documento	Sim	Não	Págs.
I	Ato concessório do benefício, ato de cancelamento ou ato retificador e seus respectivos comprovantes de publicação;	X		1/2 ID985356
II	Certidão de tempo de serviço/contribuição;	X		1/4 e 6/8 ID985357
III	Laudo médico oficial ou seu extrato, em que constem a natureza da moléstia grave, contagiosa ou incurável especificada em lei, ou que a invalidez foi motivada por moléstia profissional ou acidente em serviço, a data da inspeção, CID, CRM, assinatura da junta médica ou do médico perito e indicação se os proventos serão integrais ou proporcionais;	N/A		
V	Demonstrativo de pagamento relativo à última remuneração percebida e ao primeiro benefício de aposentadoria	X		7 ID985358 1/2 ID985359
IX	Avaliação médica e funcional, na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público portador de deficiência;	-	-	-
X	Na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público que exerce atividades sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física:	N/A		

Av. Presidente Dutra, nº 4229, Bairro Olaria, Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-327
Fone: (069) 3609-6357

a)	Formulário de informações sobre atividades exercidas em condições especiais (perfil profissiográfico previdenciário);	-	-	-
b)	Laudo técnico de condições ambientais do trabalho (LTCAT) ou outro documento hábil a substituí-lo;	-	-	-
c)	Parecer da perícia médica;	-	-	-
XI	Outros documentos hábeis a comprovar a situação jurídica declarada no FISCAP e requisitada pelo Tribunal.	-	-	-

4. Realizada a aferição documental constatou-se o envio de todos os documentos exigidos pela IN nº 50/2017.

2.2 Do tempo de serviço

Tempo apurado pelo SICAP WEB	Tempo apurado pelo órgão concedente	Aferição
13.465 dias, ou seja, 36 anos, 10 meses e 25 dias[1].	13.246 dias, ou seja, 36 anos, 3 meses e 16 dias[2].	**η**

(✓) Confere (η) Não confere

5. A divergência encontrada entre a apuração de tempo efetuada por esta unidade técnica, utilizando o SICAP WEB e pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Porto Velho (págs. 2/3 – ID985357) é de 219 (duzentos e dezenove) dias. Isso se deve em razão da desatualização da CTS (págs. 2/3 – ID985357), eis que o cômputo final do tempo diverge da data prevista no ato concessório. Todavia a divergência apontada é insuficiente para macular o direito do servidor, conforme será visto a seguir.

[1] Tempo computado até o dia anterior à data retroativa disposta na Portaria nº 219 (pág. 1 – ID985356), (pág. 1 – ID985357).
[2] Conforme Certidão de págs. 2/3 – ID985357.

Av. Presidente Dutra, nº 4229, Bairro Olaria, Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-327
Fone: (069) 3609-6357

2.3 Da fundamentação legal

Item	Fundamentação	Base de cálculo	Aferição
01	Art. 3º, I, II e III, parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005.	Proventos integrais, calculados de acordo com remuneração contributiva do cargo em que ocorreu a aposentadoria e com paridade.	✓

(✓) Confere (η) Não confere

2.4 Dos proventos

Base de cálculo	Valor	Aferição
Proventos integrais, calculados de acordo com remuneração contributiva do cargo em que ocorreu a aposentadoria e com paridade	R$ 2.284,46 pág. 1/2 – ID985359	✓

(✓) Confere (η) Não confere

6. Confrontado resultado apurado na planilha de proventos (pág. 1 – ID985359) com valor de última remuneração contributiva (pág. 7 – ID985358) e o primeiro contracheque (pág. 2 – ID985359), verifica-se que os proventos no importe de R$ 2.284,46 (dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) estão sendo calculados corretamente de acordo com a fundamentação legal que baseou a concessão do benefício.

7. Por fim, quanto à composição dos proventos a análise está postergada para inspeções e auditorias a serem realizadas em folha de pagamento, consoante os termos do item 1.1, "a", da Ata de Reunião de Trabalho, realizada no dia 10.2.2006.

Av. Presidente Dutra, nº 4229, Bairro Olaria, Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-327
Fone: (069) 3609-6357

3. Conclusão

8. Analisando os documentos que instruem os autos constata-se que o Senhor **Raimundo dos Santos Trindade** faz jus a ser aposentado, com proventos integrais e com paridade, nos termos do art. 3º, I, II e III, parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Complementar nº 432/2008.

4. Proposta de encaminhamento

9. Por todo o exposto, sugere-se, como proposta de encaminhamento, seja o ato considerado **APTO** a registro, nos termos delineados na alínea "b", do inciso III, do art. 49, da Constituição do Estado de Rondônia, c/c o inciso II, do art. 37, da Lei Complementar n° 154/96 e inciso II, do art. 54 do Regimento Interno, desta Corte de Contas.

10. Desta feita, submete-se o presente relatório ao excelentíssimo relator, para sua superior apreciação e deliberação que julgar adequada.

Porto Velho, 29 de janeiro de 2021.

Maria Gleidivana Alves de Albuquerque
Coordenadora Adjunta Especializada em Atos de Pessoal
Cadastro 391

Michel Leite Nunes Ramalho
Coordenador Especializado em Atos de Pessoal
Cadastro 406

Av. Presidente Dutra, nº 4229, Bairro Olaria, Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-327
Fone: (069) 3609-6357

Em, 29 de Janeiro de 2021

Assinado Eletronicamente

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

MARIA GLEIDIVANA ALVES DE ALBUQUERQUE
Mat. 391

COORDENADOR ADJUNTO

Em, 29 de Janeiro de 2021

Assinado Eletronicamente

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

MICHEL LEITE NUNES RAMALHO
Mat. 406
COORDENADOR DA COORDENADORIA ESPECIALIZADA DE CONTROLE EXTERNO 4